

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



O deputado federal é amigo de Bolsonaro

Hélio Lopes vira alternativa para Senado por Roraima

Empenhado em conquistar a maioria no Senado, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) não descarta repetir em Roraima a fórmula que exercitou ao despachar o filho Carlos para Santa Catarina.

Nascido em Resende (RJ), Carlos fez sua carreira no Rio como vereador, mas renunciou ao mandato para disputar uma vaga no Senado pelo estado do Sul.

A alternativa da vez é fazer com que o deputado federal Hélio Lopes (PL-RJ), também conhecido como Hélio Bolsonaro e Hélio Negão, mude seu domicílio para Roraima para tentar ser eleito para o Senado. A possibilidade ocorrerá caso o senador Mecias de Jesus (Republicanos) assuma sua cadeira no Tribunal de Contas do Estado.

Vai, não vai

Mecias foi indicado ao cargo de conselheiro do TCE em agosto do ano passado pelo governador Antonio Denarium (PP) e teve seu nome aprovado pela Assembleia Legislativa.

Mas ele ainda não assumiu a vaga e afirmou que pretende abrir mão do cargo para buscar um novo mandato no Senado. Já Lopes se declarou candidato a uma cadeira no Tribunal de Contas da União.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Esperidião Amin (PP-SC) relatou o projeto no Senado

Preterir e coçar...

Para Bolsonaro, a conquista de maioria no Senado seria uma conquista especial, já que cabe à Casa definir eventuais pedidos de impeachment de integrantes do Supremo Tribunal Federal.

O problema é que a decisão do ex-presidente de controlar a escolha de candidatos a senador tem provocado problemas regionais.

Em Santa Catarina, ele descartou o apoio à reeleição de Esperidião Amin (PP) e no DF tende a preterir o governador Ibaneis Rocha (MDB), que quer o Senado.

Flávio quer 'todes' juntos

Preocupado com os embates entre aliados, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato a presidente, tentou botar ordem na casa. Em post, apelou até para a linguagem inclusiva, odiada pela extrema direita: "Tá todo mundo querendo vencer a discussão. Mas o que precisamos é ganhar a eleição! Gostaria de contar com todas, todos, todes, todys e todXs!".

Twist carpado

O grande mistério da política é saber qual será a cambalhota do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para convocar uma sessão do Congresso sem criar a CPMI para investigar o escândalo do Banco Master. O regimento do Congresso indica que a CPMI tem que ser criada na tal sessão.

Lá e cá

Alcolumbre tem a alternativa de não convocar a sessão, mas aí impediria a votação de temas importantes para o governo e para a oposição. O Planalto certamente vai querer mexer no orçamento e bolsonaristas estão de olho na derrubada do veto presidencial ao projeto da dosimetria de penas.

Saída

Baseado no histórico de Alcolumbre, um senador da oposição aposta que ele vai tentar uma saída alternativa. Protegeria ao máximo a sessão, que ocorreria em junho, quando o Congresso, já mobilizado para festas juninas e eleições, acabaria não tocando a CPMI. O presidente do Senado teme ser alvo da investigação.

Lira no TCU

Olha o Tribunal de Contas da União de novo aqui, gente! Na Câmara corre solta a possibilidade de Arthur Lira (PP-AL) tentar furar a fila e buscar uma vaga no TCU — a bola da vez seria o deputado Odair Cunha (PT-MG). Com o mandato suspenso, Glauber Braga (Psol-RJ), anunciou que volta dia 12 de junho — para lugar contra a indicação de Lira.

Menos grana

Presidente executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil, José Augusto de Castro frisa um ponto importante: ao impor suas taxas altíssimas, Donald Trump fez despencar a arrecadação norte-americana com imposto de importação. Isto porque as compras no exterior caíram por lá.

Tata em Copa

O babalão Ivanir dos Santos comemora a decisão de Eduardo Paes (PSD) de fazer estátua em homenagem a Tata Tancredo, o pai de santo que criou a festa de Iemanjá no réveillon. Mas alertou o prefeito que o monumento tem que ficar em Copacabana, palco maior da comemoração, e não no Estácio.



Vorcaro não definiu ainda se deporá ou não na CAE

Vorcaro negocia depoimento no Senado

Banqueiro discute formato de oitiva na CAE

Por Beatriz Matos

Após desistir de comparecer à sessão da CPMI do INSS marcada para esta segunda-feira (23), o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, passou a negociar uma nova forma de depor no Senado. Convocado para falar na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ele ainda não confirmou ao relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL), se participará da audiência prevista para esta terça-feira (24).

Três cenários estão sobre a mesa: depoimento presencial em São Paulo; participação por videoconferência; ou adiamento para a próxima semana, com ida a Brasília. Vorcaro alega questões logísticas para pedir mais prazo, embora tenha recusado, segundo integrantes da comissão, opções de deslocamento oferecidas — incluindo voo comercial ou transporte pela Polícia Federal (PF).

Na CPMI do INSS, o presidente Carlos Viana (Podemos-MG) reagiu à ausência. "Vorcaro deveria estar aqui prestando contas ao Brasil", afirmou. Segundo ele, o banqueiro não terá privilégios e a comissão lutará para que o depoimento seja presencial. O presidente da comissão também anunciou que recorrerá da decisão judicial que tornou facultativa a presença do empresário.

O senador declarou ainda que "pessoas muito poderosas" esta-

riam blindando Vorcaro, inclusive dentro do sistema financeiro e de outras instituições. A CPMI do INSS tem prazo regimental até 28 de março para concluir os trabalhos, mas pode pedir prorrogação por mais 60 dias, dependendo de decisão do presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP).

A investigação da CPMI se conecta ao caso Master porque cerca de 250 mil contratos suspeitos de aposentadorias e pensões teriam sido operados pelo banco e posteriormente suspensos pelo INSS por ausência de comprovação de autorização dos segurados.

Paralelamente, o Banco de Brasília (BRB) entregou ao Banco Central (BC) um Plano de Capital para recompor sua liquidez em até 180 dias.

O Governo do Distrito Federal (GDF) encaminhou à Câmara Legislativa projeto de lei autorizando medidas para fortalecer o patrimônio do banco, inclusive com alienação de imóveis públicos e estruturação de fundos imobiliários. A proposta permite aportes diretos, venda de ativos e operações de securitização.

Técnicos do Tribunal de Contas do DF, porém, avaliam preliminarmente que as medidas podem ser insuficientes sem capitalização robusta do controlador. O BRB afirma que já substituiu ou liquidou cerca de R\$ 10 bilhões.